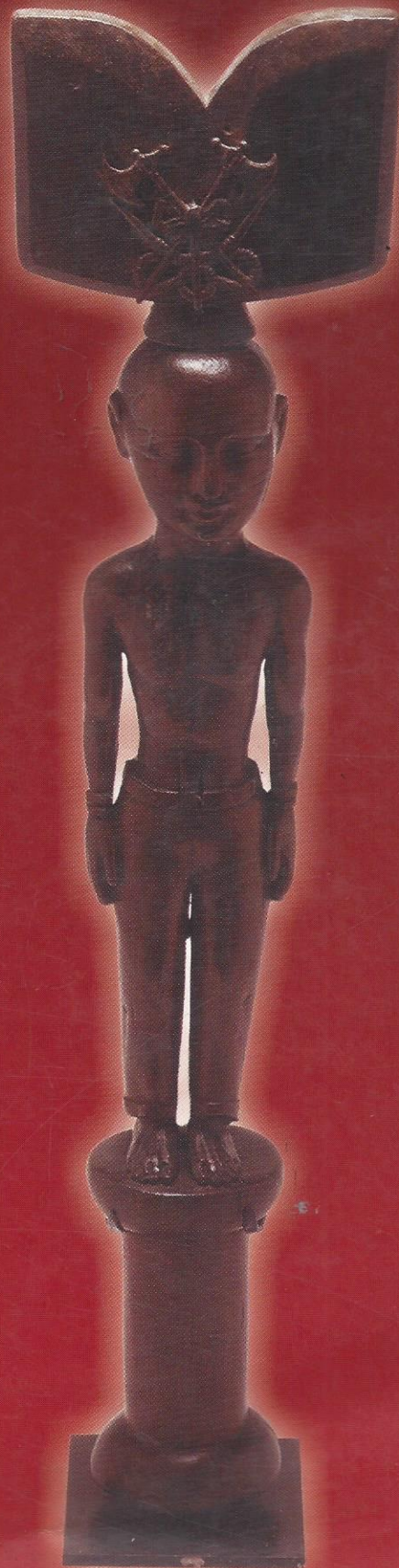


PALMARES

Ano 1 - nº 2 - Out./Dez., 2002
Publicação da Fundação Cultural Palmares
criada em 22 de agosto de 1988

EM AÇÃO



SUMÁRIO

1 – DOSSIÊ CULTURA E EDUCAÇÃO

- Influência Africana na Cultura das Minas Setecentista.....05
Octávio Elísio
- Eu, caçador de mim.....14
Robson Max de Oliveira Souza
- Juventude, práticas culturais e identidade negra.....18
Nilma Lino Gomes e Juarez Tarciso Dayrell
- Experiências educativas para Populações Negras – Ilê Ayê – Centro de Práticas Educativas.....24
Antonio Carlos dos Santos (Vovô) e Jônatas Conceição da Silva
- Ações Afirmativas em Educação: acesso, permanência e sucesso do povo negro na Universidade.....27
Maria Aparecida da Silva (Cidinha)
- Pluralidade Cultural e Combate à Discriminação Racial na Escola.....30
Terezinha Basé de Lima
- Texto sobre Educação nos Quilombos do Maranhão.....34
Centro de Cultura Negra do Maranhão
- Negritude na Bíblia e na Igreja: Uma História.....37
Peter Theodore Nash

2 – TEXTOS

- Diversidade Cultural e Desenvolvimento nas Américas.....40
José Álvaro Moisés
- A África, a geografia, o tráfico de povos africanos e o Brasil.....56
Rafael Sânzio Araújo dos Anjos

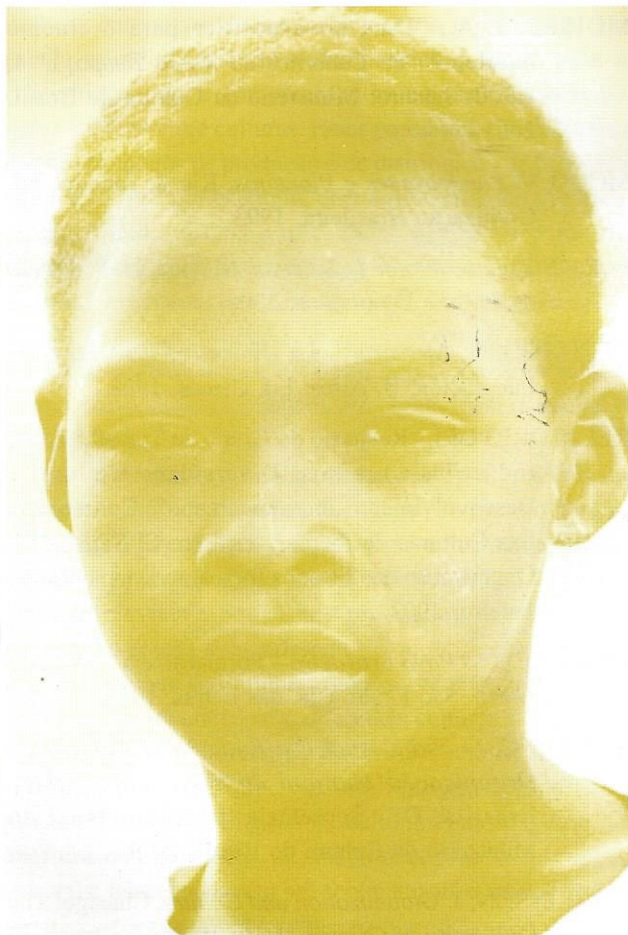
3 – DISCURSOS

- Discurso do Ministro da Cultura Gilberto Gil na Solenidade de Transmissão do Cargo.....67

PALMARES

A África, a Geografia, o Tráfico de Povos Africanos e o Brasil

Rafael Sanzio Araújo dos Anjos*



INTRODUÇÃO

Uma das questões estruturais relacionada à cultura africana no Brasil que continua merecendo investigação e conhecimento, está relacionada aos aspectos historiográficos e geográficos da África e suas relações com a formação do território brasileiro. Dessa maneira, configura-se uma necessidade de recuperação e resgate dos fragmentos de informações e referências geográficas que possam permitir a construção de um perfil das culturas africanas e do negro brasileiro na estruturação territorial e no desenvolvimento do Brasil.

Neste sentido, estabelecer e reconhecer outras

perspectivas educacionais para uma compreensão do tráfico, da escravidão e da diáspora africana como elementos formadores da configuração do mundo contemporâneo, constituem pressupostos básicos para traçar um contexto mais adequado do papel das culturas negras na configuração espacial do território e do povo brasileiro. Preconizamos que essas questões estruturais são fundamentais para se compreender, ter respeito e valorizar as diferenciações étnicas e culturais existentes no país.

É até sintomático que a Geografia da África e a Afro-brasileira não hajam merecido um espaço de destaque no processo de ensino brasileiro, seja por questões políticas, pela abrangência interdisciplinar, pelas dificuldades de informações, seja pela necessidade de utilização de uma perspectiva que contemple a diversidade expressa no espaço geográfico.

Dessa forma, este *paper* visa auxiliar na ampliação das informações e do conhecimento sobre aspectos geográficos da diáspora africana e seu reatamento na formação do território e do povo brasileiro. A geografia é a ciência do território, e o território é o melhor instrumento de observação do que está acontecendo no espaço geográfico. Ela expõe a diversidade regional, as desigualdades espaciais, as potencialidades da natureza e a heterogeneidade da população. Essa é a área do conhecimento que tem o compromisso de tornar os lugares e suas dinâmicas mais compreensíveis, de dar explicações para as transformações territoriais e de apontar soluções para as incongruências e incompatibilidades espaciais.

Utilizamos, como ferramenta básica de trabalho, os recursos das imagens cartográficas pela sua possibilidade de ser eficiente no conhecimento e na apreensão de conteúdos historiográficos e contemporâneos. Por outro lado, as demandas para compreensão das complexidades da dinâmica da sociedade são grandes e existem poucas disciplinas mais bem colocadas que a cartografia para explicar as inúmeras indagações do que aconteceu, do que está acontecendo e do que pode acontecer no espaço geográfico. Este trabalho faz parte de uma das etapas desenvolvidas no **Projeto Geografia Afro-brasileira**, que

*Doutor em informações espaciais (EPUSP-BR/IRD-FR), prof. adjunto do Depto. de Geografia / Diretor do Centro de Cartografia Aplicada e Informação Geográfica da Universidade de Brasília. Telefax: (61) 272-1909 E-mail: quilombo@unb.br

está sendo desenvolvido no Centro de Cartografia Aplicada e Informação Geográfica (CIGA) do Departamento de Geografia da Universidade de Brasília.

Dessa forma, abordamos brevemente na parte inicial do trabalho alguns aspectos fundamentais da geografia e da historiografia africana, particularmente sobre a dinâmica do tráfico de povos africanos para a América, isto porque tomamos como premissa que as informações espaciais sobre a diáspora africana são fundamentais para uma compreensão mais apurada das questões que envolvem o papel e a inserção do negro na sociedade brasileira. A seguir tratamos de referências dos antigos quilombos, sítio geográfico onde se agrupavam povos negros e excluídos que se rebelavam contra o sistema escravista da época, formando comunidades livres. Nesta parte tratamos, também, da expressão espacial dos remanescentes desses antigos quilomboas na atualidade e aspectos contemporâneos da formação da população de ascendência africana no Brasil. Finalmente são feitas algumas considerações finais.

Dessa maneira, com essa estruturação sintética o trabalho busca contribuir efetivamente para a ampliação e a continuidade das discussões, de maneira que a questão racial no Brasil seja tratada com mais seriedade e possibilite, também, uma melhor compreensão de alguns dos processos geográficos e históricos que contribuíram e contribuem para a formação do povo e organização do território brasileiro.

1. A GEOGRAFIA E A DINÂMICA DO TRÁFICO DE POVOS AFRICANOS

O território africano, componente fundamental para uma compreensão mais apurada das questões que envolvem o papel do negro na sociedade brasileira, não pode deixar de ser entendido como um espaço produzido pelas relações sociais ao longo da sua evolução histórica, suas desigualdades, contradições e apropriação que esta e outras sociedades fizeram, e ainda fazem, dos recursos da natureza. É relevante lembrar que a África foi marcada por vários séculos de opressão, presenciando gerações de exploradores, de traficantes de escravos, de missionários, de seres humanos de toda ordem que acabaram por fixar uma imagem hostil dos trópicos, cheios de forças naturais adversas ao colonizador europeu e de homens ditos indolentes. Essa imagem que foi sendo ampliada não considerava os processos históricos como fatores modeladores da organização social, mesmo diante dos elementos da natureza. Nesse contexto, não é de causar espanto o lugar insignificante e secundário que foi dedicado à historiografia africana em todas as histórias da humanidade.

A notável originalidade da sucessão atual de faixas climáticas e da cobertura vegetal, ordenada de forma quase paralela ao Equador, sofre a influência decisiva da pluviosidade (em ambos os hemisférios, os regimes de chuva diminuem, progressivamente, em direção às altas latitudes). Por possuir a maior parte do território na zona intertropical, a África é o continente mais uniformemente quente do planeta. Esse calor faz-se acompanhar de seca, crescente

em direção aos trópicos, ou de umidade, geralmente mais elevada nas baixas latitudes. A Fig. 1 revela os grandes padrões de vegetação desse continente, destacando os espaços desérticos no norte e no sul, as áreas com climas modificados pelas montanhas, os planaltos, assim como mostra os territórios de floresta equatorial e savana ocupados por extensas bacias hidrográficas. Este documento cartográfico revela, também a distribuição dos recursos minerais e energéticos, informação básica para compreendermos a cobiça pela dominação territorial que se processou no continente africano. É relevante destacar a concentração de recursos minerais nos extremos sul e norte da África, assim como na sua área central, que são os territórios cuja disputa pela dominação são bem registrados.

Protegida por dois oceanos, um imenso deserto e um litoral não muito hospitaleiro, a África permaneceu por séculos fora das rotas comerciais. O isolamento nunca foi completo, o oceano Índico favoreceu o contato entre a África Central e o sul da Ásia, assim como o extremo norte da África sentiu as influências do mundo mediterrâneo. Como diz Giordani: "...o solo, a chuva, o calor, a falta de água, a floresta, a fauna desempenharam papel, às vezes, decisivo na história dos povos africanos, constituindo, não raro, sérios obstáculos à fixação humana" (Giordani, 1985: 37). A desertificação do Saara não impediu, de modo absoluto, a comunicação entre o Mediterrâneo e a África Tropical. Esse deserto atuou como uma espécie de filtro natural, limitando a penetração de influências do mundo europeu.

Povos árabes, indianos, chineses e outros do Oriente há muito mantinham relações comerciais e miscigenavam-se com os povos africanos. No entanto, as estruturas sociais mesclaram-se sem provocar rupturas violentas nas sociedades africanas. Os povos europeus não. O período das grandes navegações e dos descobrimentos coincide com o início do Renascimento, no qual a atividade mercantil vai abrir caminho para Revolução Industrial e para o capitalismo. Adas, ao abordar o problema da formação da imagem hostil dos trópicos, adverte para esse novo período da história do homem, caracterizando uma nova fase de relações entre os homens e entre estes e a natureza (Adas, 1981). Em nenhum momento da história do homem tinha sido necessária uma acumulação tão rápida de riquezas para a emergência de uma nova classe e o desenvolvimento de um novo sistema econômico e social.

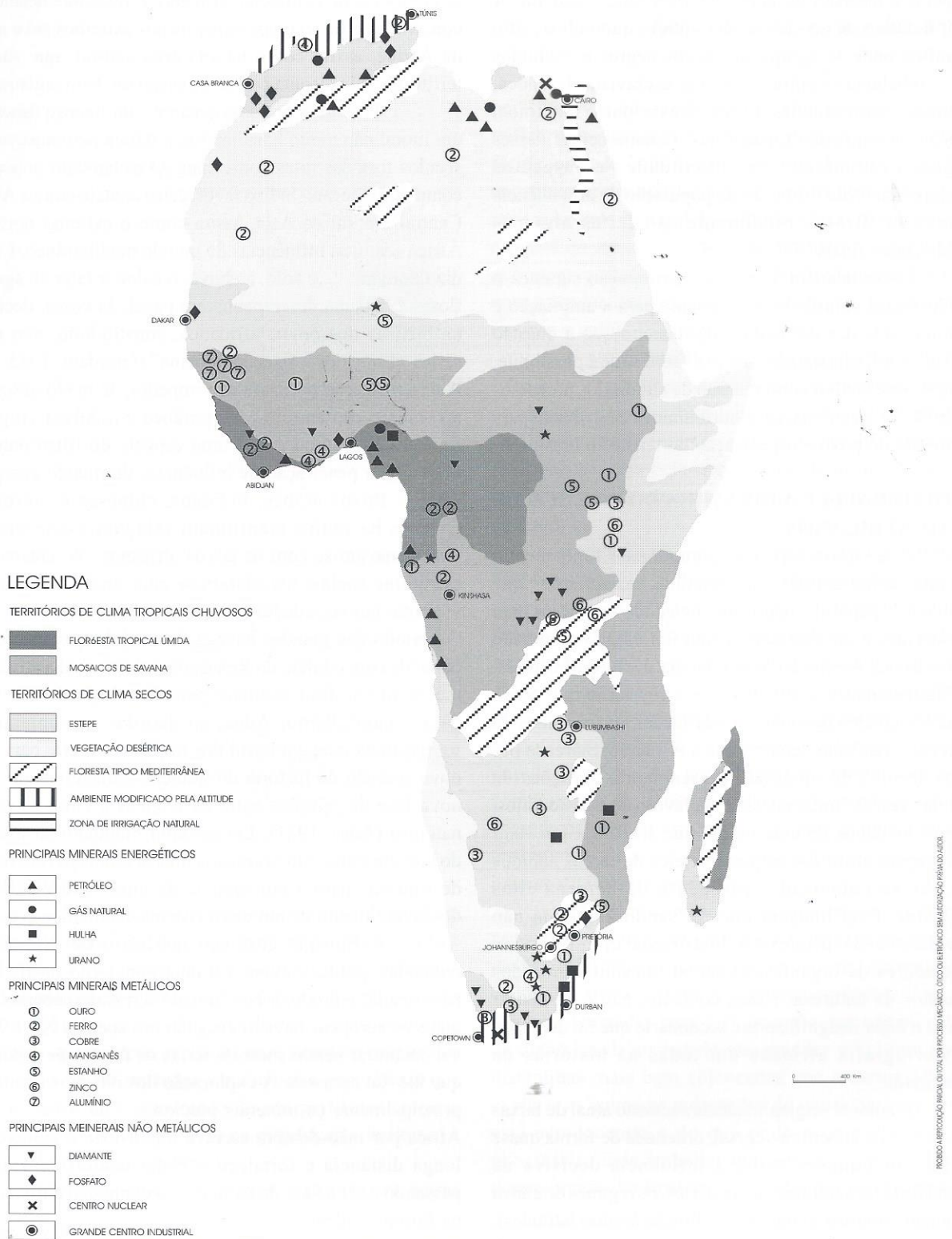
A Europa, com seu território de dimensões reduzidas, pobreza mineral e uma população insuficiente para ocupar e produzir nas "novas" terras descobertas, nas quais os europeus haviam chegado nos séculos XV e XVI, vai encontrar nessas mesmas terras os fatores de produção que lhe são escassos. A exploração dos recursos naturais — principalmente os minerais preciosos — da América e da África por mão-de-obra escrava impulsiona o comércio a longa distância e fortalece o poder central do Estado, passando a ser a base do capitalismo comercial e financeiro na Europa e além dela.

O mercantilismo europeu, entretanto, tinha pressa, uma pressa que não permitia um relacionamento harmônico com as novas sociedades com as quais entrava em contato.

PALMARES

FIG. 1

ÁFRICA - PRINCIPAIS PADRÕES DE VEGETAÇÃO E RECURSOS MINERAIS E ENERGÉTICOS
GEOG. RAFAEL SANZIO ARAÚJO DOS ANJOS



FONTE: RAFAEL DOS ANJOS - PROJETO RETRATOS DA ÁFRICA, 1999 / L'ATLAS JEUNE AFRIQUE DU CONTINENT AFRICAIN, JAGUAR, 1993
© PROJETO GEOGRÁFICO E CARTOGRÁFICO BY GEOG. RAFAEL SANZIO A. DOS ANJOS, BSB-DF, 1998. CREA 15604/D. CONTATO Email: guilombo@unb.br

PROBIO A REPRODUÇÃO PARCIAL DO TOTAL POR PROCESSO MECÂNICO, CÍRCULO DE ELETTRICIDADE EM AUTORIZAÇÃO PRAVALDO AUCIA.

PALMARES

À medida que os povos europeus visavam tirar do meio tropical tudo aquilo que ele pudesse oferecer ao mercado europeu, delineava-se uma missão civilizadora, que desde logo tratou de hostilizar a imagem dos trópicos, até o ponto de se firmar teorias de que as realizações humanas são limitadas pelo clima tropical, desconsiderando os processos e as forças históricas como fatores estruturadores do comportamento humano, mesmo diante das influências dos elementos da natureza (Adas, 1981).

Não era somente a terra e suas riquezas que interessava aos povos europeus, mas também os homens, para o cultivo e a exploração das minas, eram necessários aos colonizadores.

A barreira das condições ambientais e a resistência dos povos africanos à desestruturação de suas sociedades vão impor gradientes no território atingido pela retirada de povos para serem escravizados. O tráfico de escravos da África para a América foi, durante mais de três séculos, uma das maiores e mais rendosas atividades dos negociantes europeus, a tal ponto de se tornar impossível precisar o número de africanos retirados de seu *habitat*, com sua bagagem cultural, a fim de serem, injustamente, incorporados às tarefas básicas para formação de uma nova realidade. Lutas sangrentas, violência, situações completamente novas de deslocamentos e adaptações, morte e crueldade, tudo isso concorreu para os efeitos multiplicadores do grande negócio que foi o tráfico de escravos, tais como o crescimento da indústria naval, da indústria bélica, da agricultura, da mineração, da atividade financeira, fechando o ciclo da acumulação primitiva de capital.

Reconhece-se hoje que dentre os principais fatores que fizeram com que os povos europeus se voltassem para a África e a transformassem no maior reservatório de mão-de-obra escrava jamais imaginado pelo homem foi a tradição dos povos africanos de bons agricultores, ferreiros e mineiros, características não existentes nos índios da América, que, além de fugirem para o interior, foram defendidos pelas missões civilizadoras. Outro fator que justificava para o europeu a substituição do índio pelo africano como escravo colonial era que, trocando na África produtos manufaturados por homens cativos, e na América estes por mercadorias coloniais, as classes dominantes das metrópoles da Europa apropriavam-se mais facilmente das riquezas aqui produzidas. Esse jogo de trocas estabelecido imprimiu relações precisas entre clientes e fornecedores dos dois lados do Atlântico, e estrategicamente a distribuição das populações negras das diferentes "nações e Estados" africanos foi realizada indiscriminadamente nos territórios da América.

O sistema escravista no Brasil tem particularidades substanciais em relação às demais regiões da América. A manutenção dessa estrutura por quase quatro séculos no território brasileiro e a quantidade de africanos importados até 1850, não devidamente quantificada, mostram como a sociedade escravista conseguiu estabilizar-se e desenvolver-se. Por outro lado, verifica-se que a continuidade da importação de escravos conseguiu manter esse sistema por

muitos séculos, utilizando-se de mecanismos reguladores que substituíam o escravo morto ou inutilizado por outro importado, sem que isso causasse desequilíbrios no custo das mercadorias por ele produzidas.

Devemos ressaltar que foram as regiões geográficas do Brasil de interesse econômico europeu que detiveram os maiores fluxos de negros escravizados. Os mapas expressos na Fig. 2 mostram uma representação gráfica das referências territoriais de origem na África nos quatro séculos do tráfico de escravos. No século XVI, a referência principal são povos africanos retirados das regiões caracterizadas como Alta e Baixa Guiné. Estes vieram, principalmente, para as regiões açucareiras de Pernambuco e Bahia, mas também foram para o Maranhão e o Grão-Pará. Os territórios africanos atingidos pelo tráfico nesse período atualmente correspondem a parcelas dos seguintes países: Serra Leoa, Senegal, Guiné, Guiné-Bissau e Gâmbia.

No século XVII o tráfico vai ser dinamizado na "Costa de Angola", transportando povos africanos para a Bahia, Pernambuco, Alagoas, Rio de Janeiro, São Paulo e regiões do centro-sul do Brasil, e na "Costa da Mina", com fluxos para as províncias do Grão-Pará, Maranhão e o território atual do Rio Grande do Norte. A antiga "Costa da Mina" compreende atualmente os territórios dos seguintes países: Côte d'Ivoire, Gana, Togo, Benin, Nigéria e Camarões. A conhecida Costa de Angola corresponde aos seguintes países: Angola, Gabão e Guiné Equatorial.

Nos séculos XVII e XVIII, vão se constituir as mais importantes e duradouras extensões territoriais das rotas do tráfico negreiro: as Costas da Mina e de Angola. É nesse período que vão ocorrer os maiores volumes de povos africanos transportados para o território brasileiro. A primeira metade do século XIX caracterizou-se pelos vários tratados visando abolir o tráfico negreiro, o que no Brasil só ocorreu efetivamente em 1850. Os espaços geográficos da África atingidos por este último ciclo têm correspondência na atualidade aos territórios dos seguintes países: Gana, Togo, Benin, Nigéria, Gabão, Congo, Angola, Moçambique e Madagascar.

2. AS REFERÊNCIAS AFRICANAS E O TERRITÓRIO BRASILEIRO

Os povos africanos não foram responsáveis somente pelo povoamento do território brasileiro e pela mão-de-obra escrava, eles marcaram e marcam, decisivamente, a nossa formação social e cultural, que, ao longo desses séculos, foi preservada, recriada, mesmo com as políticas contrárias do sistema. É relevante frisar que essa bagagem cultural africana, matriz mais importante da formação do povo brasileiro, tem sido frequentemente associada pela ideologia dominante ao folclore, como estratégia básica para minimizar a força da presença do negro brasileiro na cultura e na formação do país.

Os africanos e seus descendentes também são os responsáveis pela adequação, nos trópicos, da tecnologia pré-capitalista brasileira, como, por exemplo: a mineração, a medicina, a nutrição, a agricultura, a arquitetura e a construção.

PALMARES

É importante não perder de vista que existiram várias formas de resistência criadas pelos povos negros e configuradas na forma de lutas urbanas e rurais, nas quais vamos destacar os quilombos, sítio geográfico pulverizado por todo o território brasileiro e onde se agrupavam principalmente os negros escravizados que se rebelavam contra o sistema escravista. A **Fig. 3** mostra a distribuição espacial dos grandes quilombos existentes no Brasil entre os séculos XVII e XIX, assim como as áreas de concentração dessas organizações. É relevante destacar, também, a espacialização das ocorrências das principais revoltas e insurreições com participação de povos negros pulverizadas pelo país. Este documento cartográfico nos reafirma a dimensão territorial significativa das várias formas de resistências dos povos negros contra o sistema escravista existente no Brasil.

Mesmo passados 114 anos da sanção da Lei Áurea pelo regime imperial, a história e o sistema oficial brasileiro têm se referido ao povo negro escravizado e aos quilombos sempre no passado, como se esses não fizessem mais parte da vida do país. Mesmo não sendo ainda assumida devidamente pelo Estado, a situação precária dos descendentes de quilombos no Brasil é uma das questões estruturais da sociedade brasileira, uma vez que, além da falta de visibilidade territorial e social, essa questão é agravada pelo absoluto esquecimento verificado na história oficial.

2.1 A QUESTÃO DOS REMANESCENTES DE QUILOMBOS NO BRASIL

O mapeamento dos registros das comunidades remanescentes de antigos quilombos realizado por Anjos (2000) revelou contextos regionais bastante distintos. Na Região Sul apenas os Estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina apresentaram 9, 1 e 5 registros, respectivamente. A região Sudeste apresentou ocorrências em São Paulo (43), Minas Gerais (28), Espírito Santo (11) e Rio de Janeiro (6). A região Centro-Oeste registrou 7 remanescentes em Goiás, 6 no Mato Grosso e 5 no Mato Grosso do Sul. A Região Nordeste tem uma expressão numérica de relevância no Brasil (ver gráficos na **Fig. 4**) sendo computados 250 remanescentes na Bahia, 163 no Maranhão, 23 em Sergipe, 16 em Pernambuco e em Alagoas, 14 no Rio Grande do Norte, 11 na Paraíba e no Ceará e 7 no Piauí. A região Norte apresentou 196 registros no Pará e 12 no Amapá. Em algumas Unidades da Federação, como o Amazonas, Roraima, Acre e Rondônia, que não apresentaram registros oficiais, acreditamos que existam remanescentes de quilombos, entretanto só mapeamos os dados coletados e com alguma referência concreta da existência. Dessa forma, a região Nordeste apresenta o maior número de registros (511), seguida pela região Norte (212) e Sudeste (88). As regiões Centro-Oeste e Sul ficaram, respectivamente, com 17 e 15 registros.

Uma das questões políticas relevantes neste universo amplo de registros de comunidades remanescentes de quilombos, está relacionada ao número reduzido de territórios quilombolas efetivamente demarcados e titulados

no país. Até o ano de 2001 os dados computados apontam para 21 remanescentes que tiveram a sua questão territorial resolvida, ou seja, 5 % (cinco) do total computado nessa pesquisa. Este fato nos evidencia, pelo menos, duas situações emergenciais: Primeiro, a necessidade de ampliação do conhecimento sobre a situação concreta da questão territorial de cada comunidade e, uma maior atenção do setor (s) decisório (s) para criar efetivamente as condições para acelerar o processo de reconhecimento, demarcação e titulação desses espaços. Isto porque, existe o risco, muito provável, se não forem tomadas as medidas cabíveis, de muitos desses territórios deixarem de existir pelas pressões do sistema sobre as áreas quilombolas.

2.2 O BRASIL, A EDUCAÇÃO E A POPULAÇÃO DE DESCENDÊNCIA AFRICANA

Após esses séculos participando das formações geográficas e históricas do país, o negro brasileiro ainda não conseguiu adquirir condições mínimas de um cidadão. Segundo dados do censo realizado em 1991 pelo IBGE, o país tinha registrado 5% da sua população total recenseada registrada como negra, ou seja, 7.335.102 habitantes, e 42% como parda, o correspondente a 62.314.759. A representação gráfica da distribuição quantitativa desta população está expressa no mapa temático da **Fig. 5**. O grande contingente populacional registrados nas grandes metrópoles brasileiras e a concentração na faixa litorânea brasileira são configurações espaciais que reafirmam a importância da presença afro-brasileira no país. Se fizermos uma simulação e juntarmos as populações negra e parda do Brasil nesse período, teremos 69.649.861 habitante e o percentual sobe para 47%. Se assumirmos que a população considerada como parda nesse censo é de fato uma população mestiça que tem graus diferenciados de ascendência africana, ficará evidente que os negros não são minoria. Não podemos perder de vista que a classificação de "minorias" associada aos negros, não passa de uma tentativa de minimizar o preconceito, fazendo supor que ele atinge uma população menor que a real. É importante frisar que existe um consenso nas entidades negras representativas que cerca de 70% da população brasileira é negra ou mestiça.

O Brasil é considerado a segunda maior nação negra do planeta (Abril, 1999), e é com relação a essa população que são computadas as estatísticas mais discriminatórias e de depreciação socioeconômica. Analisando, do ponto de vista racial, dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) realizada em 1996 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referente à mortalidade infantil, verifica-se que, para cada grupo de mil crianças negras ou pardas, 62 não sobrevivem. Quando observadas as crianças brancas, esse dado modifica-se para 37, fato que mostra a situação precária das crianças no Brasil e particularmente das crianças negras.

Entre os principais obstáculos criados pelo sistema ao desempenho da população negra na sociedade brasileira, podemos apontar a inferiorização desta no ensino. Primeiro, são os livros didáticos, que ignoram o negro brasileiro e o

PALMARES

FIG. 03
PRINCIPAIS QUILOMBOS E REVOLTAS COM PARTICIPAÇÃO DE
POVOS NEGROS NO TERRITÓRIO BRASILEIRO - SÉCULOS XVII / XIX
 GEOG. RAFAEL SANZIO ARAÚJO DOS ANJOS




LEGENDA

PRINCIPAIS SÍTIOS QUILOMBOLAS

-  DE 20.000 HABITANTES
-  + DE 10.00 HABITANTES
-  + DE 3.000 HABITANTES

 TERRITÓRIO DE GRANDE CONCENTRAÇÃO DE QUILOMBOS

PRINCIPAIS REVOLTAS E INSURREIÇÕES

 LOCAL APROXIMADO DA OCORRÊNCIA / MANIFESTAÇÃO

 DIVISÃO TERRITORIAL DO BRASIL (1988)

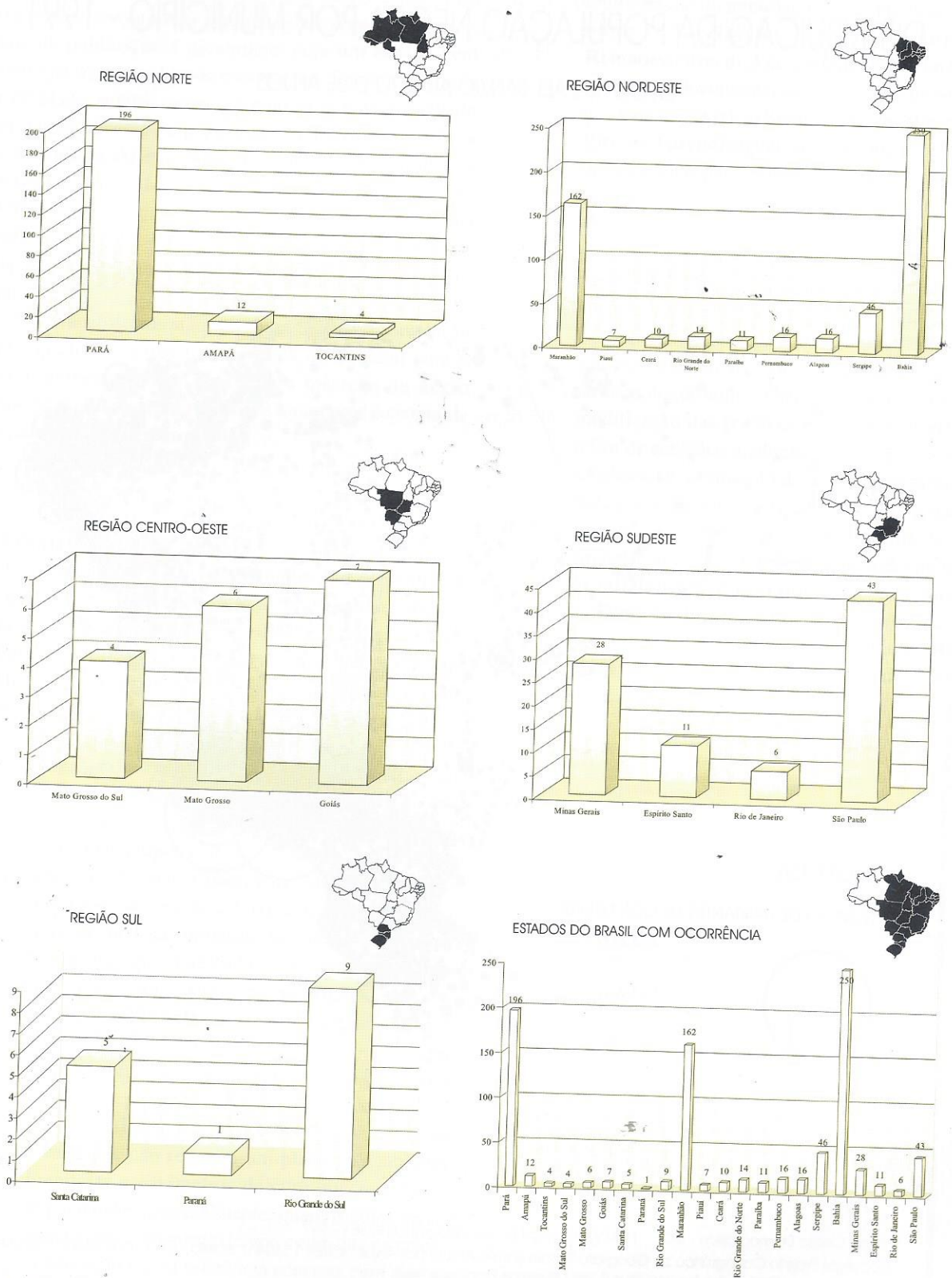
0 255 km
 Projeção Poliocônica



PROIBIDA A REPRODUÇÃO PARCIAL OU TOTAL SEM O PROCESSO DE LICENCIAMENTO OU ELETRÔNICO SEM A AUTORIZAÇÃO PREVIADA DO AUTOR.

© Base Cartográfica IBGE . 1997
 © Projeto Cartográfico e Adaptação Historiográfica by Geog. Rafael Sanzio A. dos Anjos. Brasília - Distrito Federal - 2000
 O autor agradece a comunicação de falhas e omissões. Contato Email: quilombo@unb.br
 Todos os direitos reservados. Brasília - Distrito Federal - 2000

FIG.4
NÚMERO DE OCORRÊNCIA DE COMUNIDADES REMANESCENTES DE ANTIGOS QUILOMBOS NO BRASIL - 2000



© BY GEÓGRAFO RAFAEL SANJO ARAÚJO DOS ANJOS, PROJETO GEOGRAFIA DOS REMANESCENTES DE QUILOMBOS DO BRASIL, BSE-DF, 2000




FIG. 05
BRASIL
DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA POR MUNICÍPIO - 1991

GEOG. RAFAEL SANZIO ARAÚJO DOS ANJOS



LEGENDA

NÚMERO DE HABITANTES DE COR NEGRA

	454.609
	113.652
	2.020

0 255 510 Km

Proibido reprodução parcial ou total por processo mecânico, ótico ou eletrônico sem autorização prévia do autor.

Fonte: Censo Demográfico - IBGE - 1991 / Copyright Base Cartográfica IBGE - 1997

Copyright Projeto Cartográfico by Geógrafo Rafael Sanzio Araújo dos Anjos - CREA 15604/D Brasília - DF. E-mail: quilombo@unb.br

Apoio Técnico: Geógrafos Suzana Dias R. de Oliveira e Francisco Neris

povo africano como agentes ativos da formação territorial e histórica. Em seguida, a escola tem funcionado como uma espécie de segregadora informal. A ideologia subjacente a essa prática de ocultação e distorção das comunidades afrodescendentes e seus valores tem como objetivo não oferecer modelos relevantes que ajudem a construir uma auto-imagem positiva, nem dar referência a sua verdadeira territorialidade e sua história, aqui e sobretudo na África.

Nos livros didáticos de Geografia Geral e nos Atlas Geográficos, o continente africano está colocado nas partes finais da publicação e geralmente com um espaço bem menor que os outros blocos continentais. Sendo o último a ser estudado, muitas vezes o tempo escolar fica esgotado para o cumprimento do programa e, muitas vezes, a África não é estudada. Aí esta, mais uma das questões estruturais que envolve a desinformação da população brasileira sobre a África. Verificamos aí um paradoxo estrutural no sistema escolar uma vez que o continente africano, como berço dos antepassados do homem, deveria ser estudado em primeiro lugar.

A alteração dessas práticas educacionais e a construção e divulgação de outros instrumentos de trabalho para o ensino, enfocando com seriedade a inserção do negro brasileiro na formação do Brasil, é uma porta concreta de solução para alterar esse quadro.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa tem uma forte implicação geográfica e cartográfica, pois exigiu um raciocínio permanente em termos de percepções e formulações analíticas das configurações espaciais referentes à contextos geográficos da África e do Brasil. Considerando-se que as construções analíticas e as especulações não se esgotaram, concluímos que:

A geografia assume grande importância dentro da temática da pluralidade cultural, sobretudo no que diz respeito às características dos territórios dos diferentes grupos étnicos e culturais, assim como aponta as espacialidades das desigualdades e exclusões. A geografia é, portanto, uma disciplina fundamental na formação da cidadania do povo brasileiro, que apresenta uma heterogeneidade singular na sua composição étnica, socioeconômica e na distribuição espacial;

A questão dos remanescentes de quilombos no território brasileiro não pode ser tratada com ações episódicas, pontuais e nem envolvida por conflitos de atribuições institucionais. As vitórias localizadas não refletem um plano de ação com premissas e parâmetros de curto/médio prazos, explicitando, principalmente, quantos sítios serão beneficiados, em quanto tempo e com que recursos; A educação é uma referência concreta para alterar o quadro de desinformação da população brasileira no que se refere ao lugar insignificante que os contextos afro-brasileiros têm sido tratados em quase

todos os sistemas e níveis de ensino;

Outras contribuições que fazem parte do Projeto Geografia Afro-brasileira são as seguintes: **Exposição Cartográfica Itinerante: Territórios das Comunidades Remanescentes de Antigos Quilombos no Brasil**, inaugurada em maio/2000 e que continua viajando pelo país na proposta de dar maior visibilidade espacial por esses territórios. Outro segmento importante são as publicações das obras: **Territórios das Comunidades Remanescentes de Antigos Quilombos no Brasil**, com toda a documentação cartográfica da pesquisa e a **Coleção África-Brasil: Cartografia para o Ensino-Aprendizagem**, que constitui um conjunto de dez mapas par auxiliar o professor a transmitir informações sobre a Geografia da África e Geografia Afro-brasileira. Outras informações desses produtos podem ser acessadas no site www.unb.br/ih/gea/mapa;

Esse estudo tem como premissa que as informações por si só não significam conhecimento. Entretanto, elas nos revelam que como a auxílio da ciência e da tecnologia temos condições de colaborar na modificação das políticas pontuais e superficiais a fim de subsidiar a adoção de medidas concretas na alteração da situação do povo negro brasileiro. Sobre a situação secular difícil e marginal das populações negras no país, Santos lembra simplesmente que: **A grande aspiração do negro brasileiro é ser tratado como um homem comum**. Ainda refletindo sobre a temática o autor alerta: **Os negros não são integrados no Brasil. Isso é um risco para a unidade nacional** (Milton Santos, 1995: 8).

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAS, M. *Estudos de geografia*. 2ª. ed. São Paulo; Moderna, 1981

ANJOS, R. S. A. "A utilização dos recursos da cartografia conduzida para uma África

desmistificada". *Revista Humanidades*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 6 (22): 12-32, 1989.

_____. "Projeto retratos da África: uma abordagem cartográfica". Relatório de pesquisa. Brasília: UnB-CNPq, 1989.

_____. "Cartografia e dinâmica territorial: o mapa imagem multitemporal do Distrito Federal do Brasil". *GeoDigital 96: anais*. São Paulo: FFLCH-USP, 1996, p. 114-124.

_____. "Projeto mapeamento dos remanescentes de quilombos no Brasil - sistematização dos dados e mapeamento" (Versão preliminar) - Relatório técnico (mimeografado). Fundação Cultural Palmares - Minc. Brasília, 1997, Anexo planilha de dados e mapas.

_____. "A geografia, os negros e a diversidade cultural". Série O Pensamento Negro em Educação - Núcleo de Estudos Negros. Florianópolis, 1998, p. 93-106

_____. "A cartografia como instrumento auxiliar no reconhecimento dos remanescentes de quilombo". *Revista Palmares*. Brasília. (no prelo), 1998.

_____. "A geografia, a África e os negros brasileiros". In: MUNANGA, K. (org.). Superando o racismo na escola. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 1999, p. 169-182.

_____. "Distribuição espacial das comunidades remanescentes de quilombos do Brasil". *Revista Humanidades*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 9 (47): 87-98, 1999.

_____. "Coleção África-Brasil: Cartografia para o ensino-aprendizagem". Brasília: Mapas Editora & Consultoria, 2000.

_____. "Territórios das comunidades remanescentes de antigos quilombos no Brasil - Primeira configuração espacial". Brasília: Mapas Editora & Consultoria, 2000

CARRIL, L. F. B. "Territórios negros: comunidades remanescentes de quilombos no Brasil". *AGB Informa* no.67. São Paulo, 1997, p. 6-7.

GIORDANI, M.C. *História da África anterior aos descobrimentos. Idade moderna I*. Petrópolis: Vozes, 1985

WANIEZ, P. "Samba 2000 - Cabral 1500". Orstom - Edtiones Cartographic. France, 1996.

PARKER, G. "Atlas da história do mundo". Times Books. Londres, 1993.

RUFINO, J. "A inserção do negro e seu dilemas. Parcerias estratégicas". Ministério Extraordinário de Projetos Especiais. Centro de Estudos Estratégicos. vol. 1, no.11, Brasília, 1996, p. 111-154.

SANTOS, M. "Pesquisa reforça preconceito". *Folha de S. Paulo*. Caderno Especial Domingo. P. 8. São Paulo, 1995.

(*) Este artigo é uma versão reduzida da palestra proferida no VI Congresso Internacional da BRASA "Brazil: New Visions", realizado em Atlanta - Geórgia - USA no período de 4-6/04/2002.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente gostaria de agradecer aos geógrafos Fábio Almeida e Suzana Rabelo pelo apoio na construção da documentação cartográfica do trabalho. Agradeço, também, à Mapas Editora & Consultoria pelas facilidades instrumentais colocadas e pelas publicações. Devo agradecer, também ao programa de Pós-Graduação em Geografia da UnB, à esta gestão da Fundação Cultural Palmares e à Finatec - UnB pelas contribuições para a divulgação dessa pesquisa. Finalmente agradeço a todos os anjos que me ajudam e a todos os orixás africanos.